

Ilma Sra.

ANGELÚCCIA BERNARDES HABERT

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PUC

Prezada Senhora:

O *Movimento Pela Ética na Política*, em sua reunião do último dia 30 de maio, acolheu a proposta do *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação* para a realização de uma *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral*. Esta *Ação* prevê a aplicação de uma metodologia de análise do que é veiculado pelos meios de comunicação de massa e divulgação pública dos resultados através de uma **comissão de ombudsman**. A formulação preliminar desta proposta prevê a implementação de ações nacionais e regionais e está sendo enviada em anexo a esta correspondência.

A idéia da *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral* já havia sido apresentada, em suas linhas gerais, pelo presidente da *Federação Nacional dos Jornalistas*, Américo Antunes, ao presidente do Senado senador Humberto Lucena; ao presidente da Câmara dos Deputados; deputado Inocêncio de Oliveira, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sepúlveda Pertence e ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira. Na Procuradoria da República, inclusive, no último dia 26/5, o presidente da Fenaj havia sido convidado para uma exposição de 15 minutos sobre o tema, para todos os 27 Procuradores, de todos os estados, que estavam em Brasília discutindo a ação do órgão no processo eleitoral. A conversa com os procuradores acabou se estendendo por três horas, provocando vivo interesse.

A legislação eleitoral de 1994 - a Lei 8713 de 30 de setembro de 1993 - introduziu importantes novidades em relação à mídia. A começar pelas severas restrições à veiculação do programa de televisão no horário eleitoral gratuito. Estas restrições estão longe de ser a melhor solução para o problema, mas o que muitos parecem não ter percebido é que, de forma inédita, o Estado colocou diante de si e da sociedade uma contundente realidade: a exacerbação do uso de recursos publicitários e de linguagem de televisão, com forte apelo emocional e intensa sensibilização sensorial têm força para distorcer o processo eleitoral. O Estado assumiu formalmente, em relação ao programa de televisão do horário eleitoral gratuito, o problema do poderio da mídia.

Esta constatação torna mais legítimo do que nunca o questionamento da sociedade sobre tudo que acontece fora do horário eleitoral gratuito, nas 24 horas diárias de emissão de televisão e nas quase 3h45 que, em média, os brasileiros passam na frente deste

veículo. O que acontece aí, obviamente, interfere no processo eleitoral e merece ser tratado como algo que é objeto de interesse público. Aliás, não interfere apenas no processo eleitoral, mas sobre a construção da cultura, das relações políticas e econômicas.

A receptividade das propostas aqui referidas mostra a "estranheza" do Estado em relação a estas questões e ressalta a importância de uma decidida ação dos setores organizados da sociedade.

O Movimento pela Ética tem uma nova reunião marcada para o próximo dia 24/6, em Brasília. Até lá, ficamos de explicitar condições e recursos existentes para a implementação do projeto.

Neste sentido, estamos fazendo um esforço para reunir, no próximo dia 15/6, no Rio de Janeiro, os representantes das entidades nacionais da área da comunicação (UCBC, Intercom, Cebela e Compós) e das escolas de comunicação do Rio de Janeiro. A reunião se realizará às 18 horas, ocorrendo na ABI.

O objetivo da reunião é apresentar as idéias até agora desenvolvidas e debater o interesse e as possibilidades de apoio das entidades de comunicação e das escolas do Rio de Janeiro à formulação de uma metodologia técnico-científica para a análise da mídia e um plano para a implementação desta metodologia no trabalho concreto de análise.

Contamos com a presença da entidade de V.Sa. nesta etapa inicial e crítica de viabilização do projeto. Temos certeza de que, a despeito das dificuldades decorrentes desta mobilização em caráter emergencial poderemos contar com a participação de algum representante desta entidade.

Cordialmente,

Daniel Herz
Diretor de Relações Institucionais da
Federação Nacional dos Jornalistas

Ilmo. Sr. Prof.
JOSÉ LUIZ BRAGA
Presidente da Compós

Prezado Senhor:

O *Movimento Pela Ética na Política*, em sua reunião do último dia 30 de maio, acolheu a proposta do *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação* para a realização de uma *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral*. Esta *Ação* prevê a aplicação de uma metodologia de análise do que é veiculado pelos meios de comunicação de massa e divulgação pública dos resultados através de uma **comissão de ombudsman**. A formulação preliminar desta proposta prevê a implementação de ações nacionais e regionais e está sendo enviada em anexo a esta correspondência.

A idéia da *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral* já havia sido apresentada, em suas linhas gerais, pelo presidente da *Federação Nacional dos Jornalistas*, Américo Antunes, ao presidente do Senado senador Humberto Lucena; ao presidente da Câmara dos Deputados; deputado Inocêncio de Oliveira, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sepúlveda Pertence e ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira. Na Procuradoria da República, inclusive, no último dia 26/5, o presidente da Fenaj havia sido convidado para uma exposição de 15 minutos sobre o tema, para todos os 27 Procuradores, de todos os estados, que estavam em Brasília discutindo a ação do órgão no processo eleitoral. A conversa com os procuradores acabou se estendendo por três horas, provocando vivo interesse.

A legislação eleitoral de 1994 - a Lei 8713 de 30 de setembro de 1993 - introduziu importantes novidades em relação à mídia. A começar pelas severas restrições à veiculação do programa de televisão no horário eleitoral gratuito. Estas restrições estão longe de ser a melhor solução para o problema, mas o que muitos parecem não ter percebido é que, de forma inédita, o Estado colocou diante de si e da sociedade uma contundente realidade: a exacerbação do uso de recursos publicitários e de linguagem de televisão, com forte apelo emocional e intensa sensibilização sensorial têm força para distorcer o processo eleitoral. O Estado assumiu formalmente, em relação ao programa de televisão do horário eleitoral gratuito, o problema do poderio da mídia.

Esta constatação torna mais legítimo do que nunca o questionamento da sociedade sobre tudo que acontece fora do horário eleitoral gratuito, nas 24 horas diárias de emissão de televisão e nas quase 3h45 que, em média, os brasileiros passam na frente deste veículo. O que acontece aí, obviamente, interfere no processo eleitoral e merece ser tratado

como algo que é objeto de interesse público. Aliás, não interfere apenas no processo eleitoral, mas sobre a construção da cultura, das relações políticas e econômicas.

A receptividade das propostas aqui referidas mostra a "estranheza" do Estado em relação a estas questões e ressalta a importância de uma decidida ação dos setores organizados da sociedade.

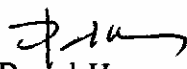
O Movimento pela Ética tem uma nova reunião marcada para o próximo dia 24/6, em Brasília. Até lá, ficamos de explicitar condições e recursos existentes para a implementação do projeto.

Neste sentido, estamos fazendo um esforço para reunir, no próximo dia 15/6, no Rio de Janeiro, os representantes das entidades nacionais da área da comunicação (UCBC, Intercom, Cebela e Compós) e das escolas de comunicação do Rio de Janeiro. A reunião se realizará às 18 horas, ocorrendo no IBASE ou na ABI. Ainda no dia de hoje enviaremos nova correspondência confirmando o local.

O objetivo da reunião é apresentar as idéias até agora desenvolvidas e debater o interesse e as possibilidades de apoio das entidades de comunicação e das escolas do Rio de Janeiro à formulação de uma metodologia técnico-científica para a análise da mídia e um plano para a implementação desta metodologia no trabalho concreto de análise.

Contamos com a presença da entidade de V.Sa. nesta etapa inicial e crítica de viabilização do projeto. Temos certeza de que, a despeito das dificuldades decorrentes desta mobilização em caráter emergencial poderemos contar com a participação de algum representante desta entidade.

Cordialmente,



Daniel Herz

**Diretor de Relações Institucionais da
Federação Nacional dos Jornalistas**

Ilmo Sr.
ORLANDO GULHON

Prezado Senhor:

O *Movimento Pela Ética na Política*, em sua reunião do último dia 30 de maio, acolheu a proposta do *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação* para a realização de uma *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral*. Esta *Ação* prevê a aplicação de uma metodologia de análise do que é veiculado pelos meios de comunicação de massa e divulgação pública dos resultados através de uma **comissão de ombudsman**. A formulação preliminar desta proposta prevê a implementação de ações nacionais e regionais e está sendo enviada em anexo a esta correspondência.

A idéia da *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral* já havia sido apresentada, em suas linhas gerais, pelo presidente da *Federação Nacional dos Jornalistas*, Américo Antunes, ao presidente do Senado senador Humberto Lucena; ao presidente da Câmara dos Deputados; deputado Inocêncio de Oliveira, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sepúlveda Pertence e ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira. Na Procuradoria da República, inclusive, no último dia 26/5, o presidente da Fenaj havia sido convidado para uma exposição de 15 minutos sobre o tema, para todos os 27 Procuradores, de todos os estados, que estavam em Brasília discutindo a ação do órgão no processo eleitoral. A conversa com os procuradores acabou se estendendo por três horas, provocando vivo interesse.

A legislação eleitoral de 1994 - a Lei 8713 de 30 de setembro de 1993 - introduziu importantes novidades em relação à mídia. A começar pelas severas restrições à veiculação do programa de televisão no horário eleitoral gratuito. Estas restrições estão longe de ser a melhor solução para o problema, mas o que muitos parecem não ter percebido é que, de forma inédita, o Estado colocou diante de si e da sociedade uma contundente realidade: a exacerbação do uso de recursos publicitários e de linguagem de televisão, com forte apelo emocional e intensa sensibilização sensorial têm força para distorcer o processo eleitoral. O Estado assumiu formalmente, em relação ao programa de televisão do horário eleitoral gratuito, o problema do poderio da mídia.

Esta constatação torna mais legítimo do que nunca o questionamento da sociedade sobre tudo que acontece fora do horário eleitoral gratuito, nas 24 horas diárias de emissão de televisão e nas quase 3h45 que, em média, os brasileiros passam na frente deste veículo. O que acontece aí, obviamente, interfere no processo eleitoral e merece ser tratado

como algo que é objeto de interesse público. Aliás, não interfere apenas no processo eleitoral, mas sobre a construção da cultura, das relações políticas e econômicas.

A receptividade das propostas aqui referidas mostra a "estranheza" do Estado em relação a estas questões e ressalta a importância de uma decidida ação dos setores organizados da sociedade.

O Movimento pela Ética tem uma nova reunião marcada para o próximo dia 24/6, em Brasília. Até lá, ficamos de explicitar condições e recursos existentes para a implementação do projeto.

Neste sentido, estamos fazendo um esforço para reunir, no próximo dia 15/6, no Rio de Janeiro, os representantes das entidades nacionais da área da comunicação (UCBC, Intercom, Cebela e Compós) e das escolas de comunicação do Rio de Janeiro. A reunião se realizará às 18 horas, ocorrendo no IBASE ou na ABI. Ainda no dia de hoje enviaremos nova correspondência confirmando o local.

O objetivo da reunião é apresentar as idéias até agora desenvolvidas e debater o interesse e as possibilidades de apoio das entidades de comunicação e das escolas do Rio de Janeiro à formulação de uma metodologia técnico-científica para a análise da mídia e um plano para a implementação desta metodologia no trabalho concreto de análise.

Contamos com a presença da entidade de V.Sa. nesta etapa inicial e crítica de viabilização do projeto. Tomamos a liberdade de sugerir a indicação do Prof. Ismar de Oliveira Soares que em muito poderia contribuir para o referido debate, em função do importante acúmulo da UCBC nos projetos de leitura crítica. Temos certeza de que, a despeito das dificuldades decorrentes desta mobilização em caráter emergencial poderemos contar com a participação de algum representante desta entidade.

Cordialmente,



Daniel Herz

Diretor de Relações Institucionais da
Federação Nacional dos Jornalistas

Ilmo Sr.
FRANCISCO PACHECO

Prezado Senhor:

O *Movimento Pela Ética na Política*, em sua reunião do último dia 30 de maio, acolheu a proposta do *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação* para a realização de uma *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral*. Esta *Ação* prevê a aplicação de uma metodologia de análise do que é veiculado pelos meios de comunicação de massa e divulgação pública dos resultados através de uma **comissão de ombudsman**. A formulação preliminar desta proposta prevê a implementação de ações nacionais e regionais e está sendo enviada em anexo a esta correspondência.

A idéia da *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral* já havia sido apresentada, em suas linhas gerais, pelo presidente da *Federação Nacional dos Jornalistas*, Américo Antunes, ao presidente do Senado senador Humberto Lucena; ao presidente da Câmara dos Deputados; deputado Inocêncio de Oliveira, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sepúlveda Pertence e ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira. Na Procuradoria da República, inclusive, no último dia 26/5, o presidente da Fenaj havia sido convidado para uma exposição de 15 minutos sobre o tema, para todos os 27 Procuradores, de todos os estados, que estavam em Brasília discutindo a ação do órgão no processo eleitoral. A conversa com os procuradores acabou se estendendo por três horas, provocando vivo interesse.

A legislação eleitoral de 1994 - a Lei 8713 de 30 de setembro de 1993 - introduziu importantes novidades em relação à mídia. A começar pelas severas restrições à veiculação do programa de televisão no horário eleitoral gratuito. Estas restrições estão longe de ser a melhor solução para o problema, mas o que muitos parecem não ter percebido é que, de forma inédita, o Estado colocou diante de si e da sociedade uma contundente realidade: a exacerbação do uso de recursos publicitários e de linguagem de televisão, com forte apelo emocional e intensa sensibilização sensorial têm força para distorcer o processo eleitoral. O Estado assumiu formalmente, em relação ao programa de televisão do horário eleitoral gratuito, o problema do poderio da mídia.

Esta constatação torna mais legítimo do que nunca o questionamento da sociedade sobre tudo que acontece fora do horário eleitoral gratuito, nas 24 horas diárias de emissão de televisão e nas quase 3h45 que, em média, os brasileiros passam na frente deste veículo. O que acontece aí, obviamente, interfere no processo eleitoral e merece ser tratado

veículo. O que acontece aí, obviamente, interfere no processo eleitoral e merece ser tratado como algo que é objeto de interesse público. Aliás, não interfere apenas no processo eleitoral, mas sobre a construção da cultura, das relações políticas e econômicas.

A receptividade das propostas aqui referidas mostra a "estranheza" do Estado em relação a estas questões e ressalta a importância de uma decidida ação dos setores organizados da sociedade.

O Movimento pela Ética tem uma nova reunião marcada para o próximo dia 24/6, em Brasília. Até lá, ficamos de explicitar condições e recursos existentes para a implementação do projeto.

Neste sentido, estamos fazendo um esforço para reunir, no próximo dia 15/6, no Rio de Janeiro, os representantes das entidades nacionais da área da comunicação (UCBC, Intercom, Cebela e Compós) e das escolas de comunicação do Rio de Janeiro. A reunião se realizará às 18 horas, ocorrendo na ABI.

O objetivo da reunião é apresentar as idéias até agora desenvolvidas e debater o interesse e as possibilidades de apoio das entidades de comunicação e das escolas do Rio de Janeiro à formulação de uma metodologia técnico-científica para a análise da mídia e um plano para a implementação desta metodologia no trabalho concreto de análise.

Contamos com a presença da entidade de V.Sa. nesta etapa inicial e crítica de viabilização do projeto. Temos certeza de que, a despeito das dificuldades decorrentes desta mobilização em caráter emergencial poderemos contar com a participação de algum representante desta entidade.

Cordialmente,

Daniel Herz
Diretor de Relações Institucionais da
Federação Nacional dos Jornalistas

Ilma Sra. Profa.
IRACI MARIA DIDONÉ
Presidente da UCBC.

Prezada Senhora:

O *Movimento Pela Ética na Política*, em sua reunião do último dia 30 de maio, acolheu a proposta do *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação* para a realização de uma *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral*. Esta *Ação* prevê a aplicação de uma metodologia de análise do que é veiculado pelos meios de comunicação de massa e divulgação pública dos resultados através de uma **comissão de ombudsman**. A formulação preliminar desta proposta prevê a implementação de ações nacionais e regionais e está sendo enviada em anexo a esta correspondência.

A idéia da *Ação pela Ética na Campanha Eleitoral* já havia sido apresentada, em suas linhas gerais, pelo presidente da *Federação Nacional dos Jornalistas*, Américo Antunes, ao presidente do Senado senador Humberto Lucena; ao presidente da Câmara dos Deputados; deputado Inocêncio de Oliveira, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Sepúlveda Pertence e ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira. Na Procuradoria da República, inclusive, no último dia 26/5, o presidente da Fenaj havia sido convidado para uma exposição de 15 minutos sobre o tema, para todos os 27 Procuradores, de todos os estados, que estavam em Brasília discutindo a ação do órgão no processo eleitoral. A conversa com os procuradores acabou se estendendo por três horas, provocando vivo interesse.

A legislação eleitoral de 1994 - a Lei 8713 de 30 de setembro de 1993 - introduziu importantes novidades em relação à mídia. A começar pelas severas restrições à veiculação do programa de televisão no horário eleitoral gratuito. Estas restrições estão longe de ser a melhor solução para o problema, mas o que muitos parecem não ter percebido é que, de forma inédita, o Estado colocou diante de si e da sociedade uma contundente realidade: a exacerbação do uso de recursos publicitários e de linguagem de televisão, com forte apelo emocional e intensa sensibilização sensorial têm força para distorcer o processo eleitoral. O Estado assumiu formalmente, em relação ao programa de televisão do horário eleitoral gratuito, o problema do poderio da mídia.

Esta constatação torna mais legítimo do que nunca o questionamento da sociedade sobre tudo que acontece fora do horário eleitoral gratuito, nas 24 horas diárias de emissão de televisão e nas quase 3h45 que, em média, os brasileiros passam na frente deste veículo. O que acontece aí, obviamente, interfere no processo eleitoral e merece ser tratado

como algo que é objeto de interesse público. Aliás, não interfere apenas no processo eleitoral, mas sobre a construção da cultura, das relações políticas e econômicas.

A receptividade das propostas aqui referidas mostra a "estranheza" do Estado em relação a estas questões e ressalta a importância de uma decidida ação dos setores organizados da sociedade.

O Movimento pela Ética tem uma nova reunião marcada para o próximo dia 24/6, em Brasília. Até lá, ficamos de explicitar condições e recursos existentes para a implementação do projeto.

Neste sentido, estamos fazendo um esforço para reunir, no próximo dia 15/6, no Rio de Janeiro, os representantes das entidades nacionais da área da comunicação (UCBC, Intercom, Cebela e Compós) e das escolas de comunicação do Rio de Janeiro. A reunião se realizará às 18 horas, ocorrendo no IBASE ou na ABI. Ainda no dia de hoje enviaremos nova correspondência confirmando o local.

O objetivo da reunião é apresentar as idéias até agora desenvolvidas e debater o interesse e as possibilidades de apoio das entidades de comunicação e das escolas do Rio de Janeiro à formulação de uma metodologia técnico-científica para a análise da mídia e um plano para a implementação desta metodologia no trabalho concreto de análise.

Contamos com a presença da entidade de V.Sa. nesta etapa inicial e crítica de viabilização do projeto. Tomo a liberdade de lembrar que a Profa. Sônia Virgínia Moreira representa a Intercom junto ao Fórum, residindo, justamente, no Rio de Janeiro. Temos certeza de que, a despeito das dificuldades decorrentes desta mobilização em caráter emergencial poderemos contar com a participação de algum representante desta entidade.

Cordialmente,



Daniel Herz

**Diretor de Relações Institucionais da
Federação Nacional dos Jornalistas**